RELATÓRIO DE ATIVIDADES

JUBILEU SUL BRASIL

Sumário Executivo
Nome completo da organização proponente: Instituto Rede Jubileu Sul Brasil
Ação prioritária: Defesa dos Direitos Sociais e o fortalecimento do controle social sobre a política macroeconômica do Brasil
Objetivo do Projeto: Estimular uma ampla participação e debate sobre os impactos do endividamento público e suas consequências para o acesso, ampliação e universalização dos direitos sociais. Potencializar a articulação das comunidades diretamente atingidas pelas intervenções dos megaeventos, através da formação e a divulgação da problemática.
Período coberto por este relatório: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

I. Contexto em que se desenvolveu o Projeto:

O Brasil neste ultimo ano tem sofrido enormes retrocessos no campo político democrático e de acesso a direitos. A sociedade brasileira encontra-se com enorme fragilidade e somada a isso uma crescente fobia, ódio ao diferente. O processo político e jurídico ocorridas nestes dois últimos anos, como o impeachment da presidenta Dilma Rousseff demonstrou o quão frágil estamos em nossa Democracia e o ultimo fato a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro de extrema direita. Além do que vemos nossa frágil Democracia ser estraçalhada por desmandos advindos do executivo, do legislativo e do judiciário. Soma-se o ajuste fiscal [congelamento de investimento por 20 anos] das contas publicas que afeta diretamente os investimentos em direitos sociais dos já tão fragilizados, os pobres, as mulheres, as comunidades indígenas, ribeirinhos, quilombolas, só para citarmos alguns. E por outro lado aumentando os privilégios das elites que veem na violência e na militarização oportunidade de negócios e lucro.

Neste contexto consideramos que os processos que estamos vivenciando apontam para rupturas democráticas com perspectiva de grandes impactos na esfera dos direitos, haja vista a Emenda Constitucional que congela o teto de gastos por 20 anos, que impede os investimentos sociais em áreas essenciais, como saúde, educação, transporte, etc., contudo não congela os pagamentos absurdos da dívida publica que é dinheiro certo na mão dos especuladores. Segundo dados deste ano de 2019 a saúde sofrerá um corte de R$ 9,5 bilhões, aproximadamente.

Destaca-se que a promoção desta medida EC95 que congela o teto de gastos e adota uma política de austeridade promove um ajuste em áreas sensíveis e tudo isso para garantir os avultantes pagamentos ao capital financeiro dos juros e amortização da dívida publica brasileira, na qual consome mais de 45% do orçamento do Estado brasileiro. A dívida pública brasileira fechou 2018 no patamar de 3,877 trilhões e a projeção para 2019 é de chegar a 4,3 trilhões segundo a Secretaria do Tesouro, Ministério da Economia, ou seja, um aumento de 8,9% (2018) em relação a 2017. Essa política de manutenção de pagamentos da dívida pública tem uma relação direta com os especuladores do mercado financeiro e as reforma trabalhista e com a reforma da previdência.

No Brasil, continua se aprofundando o modelo de desenvolvimento baseado na exploração dos territórios, da matéria prima, da natureza, há uma aposta grande neste atual governo na privatização dos serviços básicos

(saúde, educação, transporte, etc.) e um avanço a olhos vistos de grandes empreendimentos sobre os territórios. O que resulta em uma imensa dívida social, climática e ecológica geradora de enormes desigualdades e pobreza.

Essa dívida interfere diretamente na vida das pessoas, além de gerar uma redução da capacidade do Estado, em todas as esferas, para assegurar as políticas públicas, notadamente de Seguridade Social. Esse quadro afeta de forma mais intensa as famílias com baixa renda e baixa escolaridade, que têm maior dificuldade para garantir sua sobrevivência. Com essas políticas as comunidades ribeirinhas, os atingidos por grandes obras, as mulheres, a juventude negra, quilombolas, os imigrantes e tantos outros ficam cada vez mais em situação de vulnerabilidade e violações com o aumento do processo de militarização de nossas cidades.

Com este cenário de desmonte das políticas publicas, da Constituição de 88, verificamos que de nossa parte se estabelece uma prioridade de apoiar a resistência, fortalecer a luta e as ações localmente, nos territórios. É a defesa da vida.

O projeto neste ultimo ano, foi executado dentro de um contexto social e de violações de direitos, fazendo o enfrentamento e a resistência. Esta realidade brasileira revela a necessidade de reformas estruturais. Neste contexto, os processos que estamos vivendo apontam para rupturas democráticas com grande impacto aos direitos humanos, afetando especialmente a classe trabalhadora, as mulheres, a juventude, o povos tradicionais, povo negro e das periferias de nossas cidades.

Tendo em vista essa realidade, um contexto de muitos retrocessos, a opção foi concentrar os esforços no primeiro semestre de 2018 [considerando o período eleitoral de agosto a outubro] atuando fortemente nos territórios, no fortalecimento dos atingidos/as, com as mulheres, potencializando a sua organização e empoderamento a partir da formação para a resistência.

O projeto foi executado em parceria com as organizações locais, as quais são entidades membros da rede, e com as quais temos buscado formas de superar os problemas de falta ou precarização das moradias e as remoções forçadas das comunidades, assim como a violência contra as mulheres (alto índice de feminicídio) buscando fortalecer a identidade e a busca por soluções coletivas e de modo organizado.

Tendo em vista o objetivo do projeto buscamos estimular a participação nos espaços de incidência e de formulação das políticas publicas relacionando com o endividamento público e suas consequências para o acesso a direitos. Buscamos potencializar a articulação das comunidades diretamente atingidas pelas intervenções dos megaprojetos, através da formação e a divulgação da problemática, contribuindo para o fortalecimento do protagonismo local das comunidades atingidas e dos coletivos de mulheres em sete (7) territórios prioritários.

Esse trabalho foi realizado através de rodas de conversa, oficinas de geração de renda com material reciclável, levantamento de informações com o instrumento de cartografia social, participando de espaços de incidências, como audiências públicas, e resistir aos retrocessos. As atividades propostas foram na linha da formação, capacitação e incidência fortalecendo a rede de atuação, organização e mobilização e ao mesmo tempo promovendo a visibilidade das comunidades por meio da comunicação (notícias, vídeos, memes, etc.).

II. Resumo dos avanços e principais resultados do Projeto durante o período

Balanço dos avanços e a concretização do objetivo do projeto:

Considerando o objetivo central do projeto que é de estimular uma ampla participação e debate sobre os impactos do endividamento público e suas consequências para o acesso, ampliação e universalização dos direitos sociais, avaliamos que avançamos ao concentrar esforços em sete (7) territórios especificamente.

Os avanços:

- → Mulheres e coletivos de mulheres capacitados sobre as práticas de incidência nas políticas públicas e de empoderamento das mulheres.
- → Construída e disseminado o instrumento de cartografia social como forma de mapear o território para construir processos de resistências das mulheres e atingidos/as nos territórios às situações cotidianas de discriminação e violência baseadas nas relações de gênero.
- → Construção de propostas e medidas de promoção da igualdade de gênero construída pelas mulheres e apresentada a agentes públicos e sociais [em audiências publicas] para inserção da questão de gênero nas políticas públicas.
- → Visibilidade das lutas e das mulheres e dos/as atingidos/as por megaprojetos, onde foram produzidas várias notícias e divulgadas amplamente no site da rede Jubileu Sul e replicado para as redes sociais e parceiros. Confecção de camisetas, banners, folders, artes visuais para as oficinas, cartazes, lenços, bolsas. O que sem dúvida repercutiu positivamente na autoestima, no fortalecimento da organização, na identidade e pertença, dando visibilidade e diminuindo o medo e a insegurança de represálias por parte dos agressores ou mesmo do tráfico.
- → Reconhecimento do território, de ressignificação da vida dos atingidos/as e a necessidade de pensar as alternativas desde o local;
- → Com o apoio recebido fortaleceu a luta e a resistência inclusive para a geração de renda para os coletivos de mulheres e para os atingidos/as;
- → Os beneficiários diretos da ação sentiram-se mais valorizados, potentes, para fazer as ações nos territórios. Inclusive com a certeza de que podem contar com uma rede de apoio para os ameaçados e dando visibilidade as lutas desenvolvidas localmente.
- → Produção de vídeos para visibilidade da luta e da resistência das comunidades e das mulheres (

As atividades:

- **Trabalho com mulheres "Nós, mulheres, na defesa e na luta por direitos",** este trabalho se desenvolveu em seis (6) territórios:

Catadoras de material reciclável em parceria com a Cooperativa de Catadoras Granja Julia, São Paulo; Mulheres das comunidades Indígenas urbanas da grande São Paulo em parceria com o CIMI e Pastoral Indigenista; Mulheres egressas e catadoras do Coletivo de Mulheres do Gereba, Fortaleza/CE, trabalho coordenado pelo Inegra; Coletivo de mulheres de São Mateus, Belo Horizonte/MG, trabalho coordenado pela Rede Feminista em Saúde; mulheres imigrantes, São Paulo, trabalho coordenado em parceria com a Warmis Convergência de Culturas; mulheres na rota de violências, São José dos Campos/SP, coordenado pelo Coletivo de Mulheres Dandara de Promotoras Legais; mulheres imigrantes e suas famílias, Vila Dique, Porto Alegre/RS, trabalho coordenado pela Associação de Moradores da Vila Dique; mulheres da Zona Oeste do Rio de Janeiro, trabalho coordenado pelo PACS. Produção de vídeo documentário sobre o processo de cartografia social e a resistência das mulheres nos territórios.

Esse trabalho utilizou-se da temática sobre a política macroeconomia (de austeridade) e os impactos na vida das mulheres.

Beneficiárias diretas: 278 mulheres.

Beneficiários indiretos/as: 1.112 pessoas (considerando as famílias das beneficiárias diretas – cada família com 4 pessoas)

- **Trabalho com os atingidos por megaprojetos:** o trabalho se desenvolveu em duas (2) comunidades.

a) "Comunidade Maravilha", Porto Velho/RO: 1. Oficina de formação e ressignificação da vida dos atingidos/as – 15 pessoas, sendo 12 mulheres e 03 homens; 2. Roda de conversa sobre alternativas – 44 pessoas, sendo que 24 mulheres e 20 homens; 3. Oficina de produção de papel a partir da ressignificação da floresta (parte I) – 19 pessoas, sendo 10 mulheres e 09 homens e (parte II) – 32 pessoas, sendo 17 mulheres e 15 homens; 4. Oficina de material reciclável e cadastramento da comunidade – 22 pessoas, sendo 15 mulheres e 07 homens.

b) **Comunidade São José II e Nova Brasilia, São José dos Campos/SP**: 1. oda de conversa com atingidos pelos financiamentos em São José dos Campos e apoiadores sociais – 31 pessoas, sendo 22 mulheres e 09 homens; 2. Ações junto a Defensoria Publica de São José dos Campos com visita da Procuradoria Federal dos Direito do Cidadão (PFDC) para dar visibilidade a luta das famílias atingidas pelos financiamentos do BID na cidade, assim como pensar ações conjuntas, como Audiência Publica e possível denuncia internacional – 18 participantes, sendo 07 mulheres e 11 homens. 3. Workshop sobre Mecanismo Independente de Consulta e Investigação do Grupo BID (MICI) e o Sistema de Alerta Prévia do International Accountability Project, UNICAMP, Campinas/SP – 24 participantes, sendo 17 mulheres e 07 homens. 4. Roda de Conversa sobre o "Desenvolvimento com Envolvimento", UNICAMP, Campinas – SP - 31 participantes, sendo 18 mulheres e 13 homens; 5. Produção de vídeo documentário com a memória da luta das famílias nestes últimos 15 anos.

Total de beneficiários diretos: 525 pessoas, sendo 391mulheres e 134 homens.

Beneficiários indiretos estimados: 2.100 pessoas

(considerando as famílias da/dos beneficiária/os diretos – cada família com 4 pessoas)

III. Detalhamento das atividades, indicando avanços e principais resultados:

1. **Incidência política e controle social** (matriz de monitoramento e orçamento - item 1)

1.1 Participação do lançamento do Portal da Transparência do Governo Federal e na sequencia Oficinas para representantes da sociedade civil com histórico de projetos na área da participação e controle social, as atividades foram realizadas nos dias 28 e 29 de junho, em Brasilia. Participou representante a rede JSB, Pe. Thierry (CCB).

1.2 Reunião sobre a Política de acesso a Informação do BID Invest, foi realizada no dia 13 de agosto, em São Paulo. Foi uma reunião onde o BID Invest apresentou sua política de acesso a informação e ouviu das OSC as sugestões de como melhora a política de investimento e de informação durante a a implementação de projetos, assim como a divulgação no inicio do projeto dos procedimentos, e principalmente, como deve ser a política de informação para com a sociedade, para com as comunidades que serão impactadas pelos projetos de desenvolvimento financiados pelo banco, e quais mecanismos de acesso estão previstos e quais o banco deverá criar a partir da visão das OSC e das comunidades atingidas. Participaram dessa reunião: Cosme Vitor, Karla Maria e Rosilene Wansetto, pela rede JSB.

1.3 **Workshop sobre Mecanismo Independente de Consulta e Investigação do Grupo BID** (MICI) e o Sistema de Alerta Prévia do International Accountability Project, evento foi realizado na UNICAMP, Campinas/SP com representante das comunidades atingidas.

1.4 Roda de Conversa sobre o "Desenvolvimento com Envolvimento", realizado na UNICAMP, Campinas – SP.

2. **Formação, Assessoria e Articulação Nacional** (matriz de monitoramento e do orçamento - item 2)

Está ação deteve como resultado e avanços o fortalecimento do espaço da comunidade como campo de experimentação da resistência cotidiana aos grandes projetos e aos processos de grilagem urbana e rural. Fortalecimento da comunidade Maravilha e das relações com outros parceiros. Aprendizado para a geração de renda a partir da floresta com a produção de ecojoias. COMUNIDADE MARAVILHA NÃO SE VENDE!

2.1 – Atividades local integradas de formação, auto reconhecimento, recuperação da identidade e cadastramento socioeconômico das famílias, dia 23 de setembro:

- Oficina local de geração de renda em papel artesanal, com Seone Brito e Adriana Pacheco, com orientação do professor Edison Arcanjo

- Oficina de ecojoias, com Jayro Moreira na sede da Arirambas

2.2 – Atividades local integradas de formação, auto reconhecimento, recuperação da identidade e cadastramento socioeconômico das famílias, dia 30 de setembro:

Oficina de formação pedagógica na mata para observar o ciclo da ecojoia e as ameaças no entorno

2.3 – Debate sobre alternativas, dia 07 de outubro:

- Roda de conversa com lideranças ribeirinhas: "A vida após e durante as Usinas: retomadas e resistências"

- Exposição dos trabalhos das oficinas e confraternização de música regional

Relato das atividades:

No dia 23/9/2017 (sábado, ocorrerão duas atividades simultâneas. O cadastramento socioeconômico da comunidade ribeirinha, promovido pela Promotoria Ambiental (MPE-RO) e parceria com o programa de extensão PROEP/UNIR conseguiu perfazer o cadastramento de 80 famílias, procurando se concentrar nas famílias que já moravam na comunidade antes da instalação das hidrelétricas no rio Madeira. Percebeu-se com essa delimitação o quanto a margem esquerda do rio Madeira tem sido uma zona de atração para deslocamentos "espontâneos" e ocupações de natureza urbana, tendência se aprofundou com a construção do ponte do rio Madeira, a partir de 2014. Identificou-se também a presença de muitas famílias provindas de comunidades ribeirinhas já inviabilizadas pelo desbarrancamento como é o caso da Comunidade de São Sebastião e do Triângulo. Quanto à percepção predominante nas famílias entrevistadas, destaca-se a profunda alteração do modo de vida, da perda de laços comunitários e de vizinhança, da violência dentro e fora de casa, da incerteza permanente sobre novas afetações e cheias desastrosas.

Nesse mesmo dia, foi promovida a primeira oficina com perspectiva de geração de autonomia e renda que foi a Oficina de papel artesanal com Seone Brito e Adriana Pacheco da UNIR, orientadas pelo prof. Edison Arcanjo, do curso de Artes Visuais. Técnicas artesanais consagradas de fabricação de papel foram socializadas na perspectiva de utilizar e reciclar fibras vegetais abundantes na localidade e de pensar um uso comercial alternativo para esse papel (etiquetas e rótulos das ecojoias, cartazes e adornos em atividades culturais e festejos). As possibilidades dessa técnica foram rapidamente apreendidas pelas famílias que fizeram a oficinas, notadamente mães e suas filhas menores.

No dia 30/9/2017 (sábado), ocorreram duas atividades integradas (manhã e tarde). Na parte da manhã se deu a segunda oficina com vistas à geração de autonomia e renda, para confecção de ecojoias com Jayro Moreira, fundador da Associação Arirambas e artesão reconhecido por produzir artefatos provindos integralmente da floresta, sem qualquer composição com materiais sintéticos. A oficina reforçou vocações e habilidades já presentes em cerca de 4 famílias da comunidade (12 pessoas) e também serviu para visibilizar essa técnica artesanal entre alunos da Universidade e representantes de movimentos culturais urbanos. Na parte da tarde, com intuito de apresentar todo o ciclo da ecojoia produzida na Arirambas foi efetuada com o

grupo uma “trilha pedagógica” na mata para observar as fontes de coleta sustentável (restos e detritos florestais) e formas de manejo das palmeiras que podem ser usadas na geração de renda das famílias.

No dia, 7/10/2017 (sábado), todos envolvidos foram convocados a debater alternativas às políticas de expulsão e pilhagem das comunidades ribeirinhas no entorno das hidrelétricas do rio Madeira. Foi também o momento de agregar novas lideranças e famílias ao projeto de fortalecer a comunidade Maravilha frentes às múltiplas ameaças que a cercam. Como não poderia deixar de ser, a primeira parte da reunião foi palco de depoimentos de dor, estranhamento e desesperança. Um novo balanço de perdas de bens materiais, de produção, de bem-estar e de vidas foi feito e viu-se que essas perdas só aumentaram. Em muitas famílias, em casas e áreas já muito comprometidas pelos desbarrancamentos e pelas últimas cheias, só permaneceram de forma fixa, os idosos. Com o falecimento de alguns pela depressão e desamparo, a muito de casos de viúvos e viúvas com mais de 70 anos vivendo solitária e isoladamente. Frente aos obstáculos postos, a desistência e o abandono da comunidade, por meio da venda (irregular) de lotes, tem se tornado prática generalizada. Iniciativas isoladas, porém persistem como a preparação e venda de produtos típicos da culinária ribeirinha (biju, bolo de macaxeira, pé-de-moleque à base de castanha, etc.), a produção de farinha de mandioca nas últimas casas de farinha remanescentes, horticultura com verduras não convencionais, o extrativismo tradicional e a produção de ecojoias. Esse leque de alternativas foi visibilizado na esperança que haja um esforço coordenado de instituições públicas e não-governamentais que forneçam suporte inicial a essas iniciativas, articulando-as em um marco de políticas públicas.

Resultados e continuidade:

-Enraizamento e consolidação da prática do artesanato ecológico em 4 famílias da comunidade (12 pessoas). Ressalte-se que a continuidade desse processo está em questão, pois a comercialização da produção não está garantida.

-Agitação política e cultural contra a expulsão das famílias ribeirinhas, com apoio de estudantes, professores e movimentos urbanos, definindo um campo de forças contra a especulação imobiliária e o agronegócio.

-Definição da fisionomia cultural, social e econômica da comunidade com base em cadastramento feito e articulação de uma pauta mínima para a sobrevivência dessa comunidade enquanto comunidade de base tradicional.

-Agendamento junto ao MPE-RO, Prefeitura e Câmara de Vereadores, do pleito de zoneamento da área em que insere a comunidade como região de especial

interesse social e cultural, neutralizando as dinâmicas desestruturadoras do mercado.

Registro:

http://www.jubileusul.org.br/nota/4541

http://www.jubileusul.org.br/nota/4292

Resultado das atividades com atingidos no Jardim São José 2, São José dos Campos/SP: *maior visibilidade da luta por moradia na cidade, articulação com a Defensoria e outras parcerias como a Conectas, GT empresas e Direitos Humanos, ações de denuncia junto a órgão internacionais de Direitos Humanos e outros. E o principal, o fortalecimento da comunidade para montar um plano comunitário. Fortalecimento da articulação das mulheres para trabalhar com a metodologia da cartografia social tendo como ponto de partida a violência, construção de uma rota crítica da violência contra as mulheres.*

2.4 – Ações de denuncia, monitoramento e visibilidade frente a situação de vulnerabilidade das 453 famílias, elaboração de um documento em conjunto com a comunidade SJ2:

- Convite ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) para visita de monitoramento e elaboração de um relatório de violações de direitos humanos em relação a comunidade SJ2. O conselho não compareceu e não atendeu a demanda.

- Documento interpelando as empresas que construíram na área (que inclusive os moradores estão com processo de *usucapião* ainda sem julgamento) que antes era da comunidade e ao próprio banco financiador da remoção, documento completo pode ser acessado em*:* https://www.business-humanrights.org/pt/brasil-ass-de-favelas-de-s%C3%A3o-jos%C3%A9-dos-campos-rede-jubileu-sul-brasil-denunciam-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos-em-projeto-habitacional-financiado-pelo-banco-interamericano-de

- Workshop sobre Mecanismo Independente de Consulta e Investigação do Grupo BID (MICI) e o Sistema de Alerta Prévia do International Accountability Project. Aconteceu na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas/SP, dia 28 de fevereiro de 2018.

2.5 – Rodas de conversa, visitas de monitoramento e formação em São José dos Campos (SP) com as famílias que foram removidas:

Dia 27 de fevereiro: Moradores do Jardim Brasília, em São José dos Campos (SP), as 40 famílias que resistiram a remoção e ficaram alojadas no galpão da REFFESA por 13 anos receberam suas casas em dezembro de 2017, mostram os problemas do projeto habitacional entre Prefeitura e BID. Rachaduras, infiltrações, problemas de esgoto, casas sem manta asfáltica. Esses foram alguns dos problemas apresentados por moradores do Jardim Brasília à equipe da Prefeitura de São José dos Campos e ao Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI) durante visita. Na parte da tarde, a Comissão Mista dos Moradores, prefeitura e representantes do MICI se reuniram para tratar do assunto e dar encaminhamento às demandas. O acordado com a Urban – responsável pelas obras de infraestrutura da Prefeitura de São José dos Campos – começará a fazer os reparos de imediato e terá um prazo até julho para cumprir todo o trabalho. Caso em julho, as demandas não tenham sido atendidas os moradores, segundo a Comissão Mista de Moradores do Jardim Brasília, não assinarão os contratos definitivo de recebimento das moradias. O objetivo do MICI neste momento é dar o caso por encerrado. A Defensoria está acompanhando o caso das famílias removidas destaca que são duas questões essenciais que são a regularização jurídica da posse das casas que foram destinadas aos moradores e a revisão dos problemas construtivos das unidades habitacionais. Foi tirado um cronograma de ação para isso e estamos monitorando.

Dias 20 de junho e 24 de outubro: A rede Jubileu Sul Brasil e o Movimento de Favelas realizaram uma visita na comunidade São José II, para onde foram realocadas as mais de 453 famílias. Foram realizadas visitas nas áreas para o monitoramento desde as comunidades com organizações parcerias para definir em conjunto com os moradores saídas para a situação que tem se agravado dia-a-dia. A visita contou, ainda, com participação da Defensoria Pública do Município, Conectas Direitos Humanos, Centro de Informação sobre Empresas e Direitos Humanos e Centro Dandara de Promotoras Legais Populares.

A luta e a resistência dessas 37 famílias, do Jardim Brasília e que receberam suas casas em dezembro de 2016, faz parte do projeto Habitar Brasil do BID e da Prefeitura de São José dos Campos que removeu três comunidades – Caparaó, Nova Tatetuba e Nova Detroit -. As demais 453 famílias foram removidas para uma área a 16 km do local original de moradia, hoje vivem no Jardim São José II, em condições mais precárias de onde originalmente viviam, próximo ao centro da cidade, e convivem com a violência e a ausência de equipamentos públicos adequados e em condições de atender, além da criminalização por serem pobres e da periferia.

2.6 Dia 10 e 19 de abril de 2018 – Manifestação e Audiência organizada pela Defensoria Pública de São José dos Campos e entidades apoiadoras realizaram uma reunião com as famílias removidas realizaram a mais de treze anos 453 famílias foram removidas pela prefeitura de São José dos Campos sob o argumento de estarem localizadas numa área de risco, com a Prefeitura de São José dos Campos e representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), financiador da obra, às 9h, na Defensoria Pública para tratar do assunto e buscar solução para o problema da comunidade. Especialmente a situação das casas, a ausência de equipamentos públicos, transporte e trabalho. Além do que os moradores vivem situação de xenofobia por viverem neste bairro identificado como "Cidade de Deus" alusão a situação violência dos morros do Rio de Janeiro. Muitas pessoas não conseguem emprego por morarem nesta comunidade. No dia 10 foi feita uma manifestação denunciando a remoção, a violência e toda a situação ocorrida em janeiro de 2003. Importante destacar que o terreno continua em litígio, pois corre na Justiça um processo de usucapião em nome dos moradores movido pela Defensoria Pública do Estado.

2.7 **Reunião com o Procurador da PFDC, SR. Marlon Weichert**, dia 18 de outubro de 2018, para discutir e organizar uma audiência publica para fevereiro ou março de 2019 para levar todas essas denuncias de violação de direitos humanos que vem ocorrendo na cidade de São José dos Campos/SP com as remoções.

2.8 Produção de um vídeo documentário para dar visibilidade a luta da comunidade São José 2 e buscar reparações.

O vídeo faz um relato da situação das famílias do Jardim São José II é precária em termos de equipamentos, infraestrutura, segurança. A violência crescente está exterminando jovens e adolescentes, deixando mães doentes, com depressão. A "higienização" social promovida pela Prefeitura juntou três comunidades, onde nas três já havia facções e forte influência policial. O resultado foi que tanto o tráfico quanto a polícia, vivem em constante conflito e, hoje deixam os moradores em constante vulnerabilidade. E por vezes a comunidade fica três dias ou até semana sem acesso a transporte publico devido a "guerra" instalada na comunidade.

Em depoimento de uma mãe, moradora do Jardim São José 2, que já perdeu dois filhos, vítimas do tráfico e da polícia. Vale destacar que esses adolescentes quando da remoção das três comunidades – Detroit, Caparaó e Tatetuba – eram bebes ou crianças de colo, e hoje são vitimas da violência e da precária situação que vivem as famílias naquele local. O acesso a melhores condições de vida, saneamento, infraestrutura e o combate a violência social não podem estar dissociados do direito à moradia, pois estão entrelaçados. E a responsabilidade por tudo o que vem ocorrendo é do Estado e do banco que financiou. Estes elementos estão presentes no vídeo produzido e que será lançado em setembro de 2018, data ainda a confirmar, em São José dos Campos, mas que já pode ser conferido no link: https://www.youtube.com/watch?v=u4aQrj8Bt74, o qual foi apresentado em um Fórum de entidades parceiras da União Europeia, nos dias 25 e 26 de junho de 2018, em Bruxelas, onde a Rede Jubileu Sul Brasil participou como entidade parceria de um Convênio Marco de Cooperação.

Registro:

http://www.jubileusul.org.br/nota/4555

http://www.jubileusul.org.br/nota/4707

http://www.jubileusul.org.br/nota/4819

http://www.jubileusul.org.br/nota/4713

Resultado referente às atividades com as mulheres (ações de luta e defesa dos direitos) em São José dos Campos: maior visibilidade e fortalecimento dos coletivos e movimentos de mulheres no território, de modo que sejam favorecidos processos de sensibilização e conscientização, o respeito dos direitos das mulheres e da incorporação da dimensão de gênero nas políticas públicas, com ênfase para os impactos dos ajustes macroeconômicos sobre as condições de vida das mulheres.

2.9 Audiência pública sobre Mulheres em situação de violência.

O trabalho com as mulheres em São José dos Campos/SP se deu principalmente no Combate à violência contra as mulheres, traçando uma rota crítica. O Centro Dandara de Promotoras Legais Populares de São José dos Campos, entidade membro da rede Jubileu Sul Brasil, realizou o debate sobre a violência contra as mulheres e atua articuladamente com os gestores das políticas públicas da cidade, onde participa de conselhos e audiências públicas. O objetivo definido foi o de traçar a Rota Critica das Mulheres em Situação de Violência em São José dos Campos, como uma forma de combater a violência doméstica, institucional, obstétrica e outras tantas.

O Centro Dandara realizou visitas nas casas e, nessas visitas, foi traçada uma rota dos locais que sofrem com a falta de políticas públicas para as mulheres. Foi realizada uma audiência pública e um debate sobre a

celebração de um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) sobre a violência obstétrica envolvendo a Defensoria Pública de São Paulo, o município de São José dos Campos e as diretorias do Hospital Dr. José de Carvalho Florence e do Hospital Materno Infantil Antoninho da Rocha Marmo.

Foram envolvidos neste processo o Ministério Público de São José dos Campos, o Curso de Serviço Social | UNIVAP, que está desenvolvendo um curso de extensão sobre cartografia, e o Comitê Laço Branco – Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, representantes da rede de assistencial social CRAS e CREAS.

Houve a apresentação da rota crítica no Fórum Municipal de Mulheres. Outros coletivos também participaram do processo: Mulheres do Rio Comprido, Mulheres de São Francisco Xavier, Mulheres em luta pela vida (com câncer), Mulheres rurais, Coletivo Cora Coralina, Mulheres no cárcere e Coletivo Lélia Gonzales – mulheres Negras.

O desafio principal é garantir que as instituições públicas garantam o atendimento qualificado às mulheres vítimas de qualquer forma de violência.

Perspectivas de continuidade das ações

O projeto conseguiu aglutinar a riqueza das lutas das mulheres em seus territórios em várias linhas de atuação, com reconhecimento e fortalecimento de grupos, coletivos e articulações em diversas frentes de luta por direitos, por vida e por justiça social.

Um elemento que aparece em todas as narrativas é a luta contra a violência, seja ela institucional, doméstica ou policial. A violência segue sendo o maior desafio da vida das mulheres. A dupla ou tripla jornada de trabalho afeta a luta das mulheres no processo de organização enquanto movimento, pois com casa, filhos e trabalho muitas mulheres deixam de participar. O trabalho doméstico segue sendo, sem dúvida, o que mais consome o tempo das mulheres, faltando tempo até para o cuidado individual, pois sempre vem primeiro a família e, por último, o cuidado de si.

Seguem as perspectivas colocadas pelas mulheres, a partir da luta nos territórios: Fazer um encontro nacional dos territórios que compõem o projeto, anualmente, para que possam seguir fortalecidas e trocando experiências; Maior visibilidade da luta nos territórios; Audiência pública sobre Mulheres em situação de violência; Criar estratégias de comunicação local; Formação para mulheres; Ampliar o número de mulheres protagonistas nos movimentos sociais e na política.

Ter mais rodas de conversa sobre como fortalecer umas às outras nas lutas cotidianas. O cuidado com a saúde emocional entre as ativistas foi citado como uma dor, mas que nos espaços de troca podem sentir-se à vontade para expressar e pedir ajuda às demais companheiras. As rodas têm sentido de apoio mútuo, acolhida, escuta, troca, partilha e muito afeto.

Maior visibilidades das lutas das mulheres:

Foram produzidas várias matérias divulgadas amplamente no site da rede Jubileu Sul e replicado para as redes sociais e parceiros. Também foram confeccionadas camisetas, banners, folders, artes visuais para as oficinas, cartazes, lenços, bolsas.

Notícias:

- Encontro sobre rota crítica da violência reúne mulheres em São José dos Campos (SP) foi precedido de visita as mulheres para fortalecer os vínculos e a participação.

-http://www.jubileusul.org.br/nota/4795

-
https://m.facebook.com/centrodandara/posts/1868296463189258

<u>Vide relatório completo em anexo 1.</u>

2.2 Maior articulação, acompanhamento e assessoria as atividades relacionadas a desmilitarização e acompanhamento ao tema dos imigrantes haitianos.

> Iniciado um trabalho especifico em **direitos humanos e imigrantes "Balcão de Direitos para Imigrantes"**, que apoiará o trabalho que já vem sendo realizado para o acesso a direitos, a acolhida, a proteção, integração e o cuidado com os imigrantes. Esta abordagem especifica de acompanhamento, orientação com equipe multidisciplinar foi iniciado em julho de 2018.

Revisão de um **documento** do Jubileu Sul Américas elaborado em conjunto com PAPDA (entidade membro da rede do Haiti) **sobre os 13 anos de presença militar da Minustah no país**. Será divulgado em breve.

> Realização de uma atividade sobre o tema da militarização durante a edição do Fórum Social Mundial, em Salvador, no dia 16 de março, **Roda de conversa– Intervenção Militar no Rio de Janeiro e Haiti e a Saúde Publica**. Esta atividade fez parte da tenda organizada pelo Programa Justiça Econômica. Está atividade contou com os provocadores/as: de Nora Cortiñas, Mães da Praça de Maio, Argentina, Camille Chalmers, Papda/Haiti, Marcos Arruda, JSB e PACS/RJ. Não temos o numero de participantes, já que a lista de presença ficou com o PJE. Contou com a participação de 40 pessoas.

> Seminário Internacional de Migrações e Refúgio: Caminhos para a Cultura do Encontro, o encontro teve como objetivo o encontro de entidades que trabalham com a temáticas, e a rede por acompanhar tanto ações mais amplas sobre as intervenções militares, como o caso do Haiti e Rio de Janeiro, e a assessoria aos imigrantes haitianos que chegam em São Paulo e agora com o projeto "Balcão de Direitos", participou do seminário levando a contribuição desde este especifico e com o recorte das mulheres imigrantes, que faz parte do projeto das mulheres nos territórios. O seminário aconteceu em Brasilia, nos dias 13 e 14 de junho

e participaram: Cinthia Abreu (MMM e JSB), Rilliene Richard (imigrante haitiana) e Patricia Torrez (imigrante boliviana).

Link: http://www.jubileusul.org.br/nota/5172 e http://www.jubileusul.org.br/nota/5088

> **Reunião com a comitiva de senadores franceses** para discutir a situação de intervenção militar no Rio de Janeiro e a defesa dos direitos humanos. A Senadora Laurence Cohen, coordenadora da comitiva, convidou diversas organizações para discutir o avanço do processo de militarização sobre a vida das pessoas e as consequências, especialmente para as mulheres. Essa reunião aconteceu nos dias 23 e 24 de julho, no Rio de Janeiro. Estiveram representando a rede JSB: Miguel Borba de Sá (colaborador do JSB) e Marina Praça (PACS) e Grupo Gestor Executivo da rede JSB. Link: http://www.jubileusul.org.br/nota/5520

> **Trabalho direcionado para a defesa dos direitos humanos dos Imigrantes, Centro de Referencia em Direitos humanos para imigrantes haitianos/as, Balcão de direitos**: este trabalho consiste em atender, orientar e acompanhar os imigrantes, especialmente haitianos e venezuelanos para os serviços públicos. Também foram desenvolvidas diversas atividades de formação, capacitação e de integração cultural.

Notícias:

Cine Debate - http://www.jubileusul.org.br/nota/6440

Debate sobre violência doméstica - http://www.jubileusul.org.br/nota/6407

Acolhimento a voluntários/as - http://www.jubileusul.org.br/nota/6317

Dificuldades enfrentadas para a documentação - http://www.jubileusul.org.br/nota/6301

Seminário sobre Direitos Humanos realizado em conjunto com a Pastoral do Migrante e Movimento Nacional dos Direitos Humanos - http://www.jubileusul.org.br/nota/6030

Roda de conversa sobre as mulheres - http://www.jubileusul.org.br/nota/5876

Seminário sobre direitos humanos e a migração - http://www.jubileusul.org.br/nota/6693

Mostra fotográfica "Um retrato da vida haitiana em São Paulo, por Tácito Chimato - http://www.jubileusul.org.br/nota/6400

> Reuniões do Grupo de Trabalho sobre a Dívida onde discutem formas de dar maior visibilidade a problemática gerada pelo sistema de endividamento. As reuniões do GT ocorrem por Skype, inclusive se está motivando para a realização de uma campanha sobre este tema organizada pelo Jubileu Sul Américas, proposta que será levada para a Assembleia da entidade. O GT encaminhou em conjunto com a comunicação uma série de artigos e textos sobre este tema, ver no item da comunicação, a seguir, o resultado desse encaminhamento.

3. Mobilização, articulação e sustentabilidade (matriz de monitoramento e do orçamento - item 3)

3.1 Reunião da coordenação e Assembleia da rede Jubileu Sul Brasil aconteceu entre os dias 23 e 24 de março, em Brasilia. Nesta reunião foi feita uma avaliação profunda dos 19 anos da rede que completamos neste ano, sobre a sua continuidade, sobre seus objetivos, sobre como devemos seguir, além de uma avaliação do Planejamento Estratégico, atualizando e, principalmente revendo o plano de ação para 2019. Nesta reunião se definiu um Grupo Gestor Executivo para tomar as decisões cotidianamente com a secretaria e reportar-se à coordenação sempre que julgar necessário. Este GGExec tem reuniões quinzenais com a secretaria executiva e as coordenações de projetos, assim como fará ou delegará a representação da rede conforme necessário. O GGExec. não substituiu o papel a e fundação de tomada de decisões da

coordenação geral nacional da rede, onde cada entidade membro tem sua representação garantida. Assim como se encaminhou os trabalhos por meio de Grupos de Trabalho (GT) e dividindo responsabilidades.

Nesta mesma oportunidade foi eleita a nova diretoria para o triênio março de 2018 a março de 2021.

O GT da Campanha da Dívida tem realizado reuniões mensais para encaminhar e construir a "Campanha vire a Banca", sendo que a partir de setembro teremos uma série de artigos tratando do tema da dívida no website e outros meios.

3.2 Atividades permanentes ou esporádicas:

Grito dos Excluídos/as: para o 24º Grito dos/as Excluídos/as, a rede JSB contribui para o processo em diversos aspectos para a articulação, coordenação, administração e na comunicação.

- Comunicação: revisão dos materiais (jornal e textos) que são publicados como parte da Coordenação Nacional, do GT de Comunicação.

Link:

Preparação: http://www.jubileusul.org.br/nota/5613

Encontro dos Articuladores: http://www.jubileusul.org.br/nota/4803

- coordenação: contribuição na elaboração dos conteúdos que são publicados no jornal, site e demais meios de comunicação, em parceria com a comunicação. Elaboração do conteúdo das Rodas de Conversa, em parceria com a Cáritas Brasileira. Contribuição na organização e coordenação do Encontro de Articuladores em preparação ao 24º Grito. Participação da mesa da coletiva de imprensa do Grito.

LinK:

Coletiva de imprensa: http://www.jubileusul.org.br/nota/5732

Rodas de Conversa: http://www.jubileusul.org.br/nota/5114

Encontro dos Articuladores: http://www.jubileusul.org.br/nota/4835

- Articulação: contribuição no processo de preparação dos atos nos locais, assim como do ato que acontece em Aparecida, Santuário.

- Administração: até o final deste ano de 2018, o Instituto Rede Jubileu Sul Brasil, entidade jurídica da rede é responsável pela parte administrativa e contábil do Grito (sendo que este não possui CNPJ). A partir de 2019 outra organização assumirá essa tarefa, em rodizio.

Fórum Alternativo Mundial da Água - foi realizado entre os dias 17 a 22 de março, em Brasilia. Como dentro da rede temos organizações que atuam fortemente neste temática a participação no processo de organização e articulação ficou a cargo das mesmas, que são: Fórum Mudanças Climáticas e Justiça social, Instituto PACS, Frente por uma Nova Política Energética e Amigos da Terra Brasil. Nos dias do Fórum mais pessoas das demais entidades membros da Rede JSB se somaram ao Fórum, como foi o caso da Angela e do Cosme, Movimento de Favelas de São José dos Campos, Cláudia Favaro, militante da Resistencia Urbana/Porto Alegre, Dirlene Marques, Frente Feministas de MG.

Noite de Debates: espaço motivado e realizado pelo Fórum de Participação de entidades que compõem a V conferencia de Aparecida. Os debates tiveram como tema "Eleições em tempos de violência e intervenção", aconteceu no dia 19 de abril; e o próximo já está programado com o tema - 50 anos de Medellin: compromisso sócio-político dos Cristãos Ontem e Hoje, dia 12 de setembro.

Roda de Diálogo sobre Migração e acolhida, no dia 22 de junho de 2018. Evento foi promovido em pareceria com a Missão Paz, Centro de Estudos Migratórios (CEM), Pastoral dos Migrantes (SPM). Estiveram participando: Rilliene Richard, Meire Araujo e Karla Maria.

Frente por uma nova política energética para o Brasil: realizou seminário e seguida de uma plenária nos dias 09 a 11 de maio e novembro de 2018, em Brasilia. Estivemos participando com dois representantes da rede JSB, Celio Maranhão e Vladimir Lima da Silva.

Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social – participamos do Seminário nacional de avaliação sobre as diferentes políticas adotadas pelo governo brasileiro e demais neste campo, percebendo os avanços, retrocessos e perspectivas de preservação da natureza, dos bens comuns e as mudanças climáticas que afeta milhões de pessoas em todo o mundo. O seminário ocorreu entre os dias 27 e 30 d novembro, Brasilia/DF – notícia:

Debate publico da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político e reunião das entidades parte, aconteceu nos dias 08 e 09 de agosto no Rio de Janeiro, e estiveram participando cinthia Abreu e Sandra Quintela, pela rede JSB. O debate e depois a reunião trouxe reflexões importantes para o enfrentamento do momento atual, pensar estratégias e resistências frente aos retrocessos nas políticas sociais. Neste encontro definiu-se por realizar uma campanha nacional "Vote e Revogue" e ao mesmo tempo dar impulso sobre a campanha "Direitos Valem Mais". Ambas as campanhas seguem na linha de revogar a EC95 que congela investimentos por 20 anos, instalando uma política de austeridade que só afeta a população.

Link: http://www.jubileusul.org.br/nota/5653

Campanha para o enfrentamento aos retrocessos e revogar 10 medidas - http://voterevogue.observatoriosc.org.br/

Campanha Direitos Valem Mais (dialoga com a política de austeridade e o corte nos direitos sociais) - http://direitosvalemmais.org.br/

E deste encontro da Plataforma as entidades foram convidadas a participar de um Encontro sobre o sistema de justiça que acontecerá em setembro, dia 13 a 15, em Brasilia, como continuidade a esse debate. O tema do Encontro será: O Mal-estar judicial: proposta para o sistema de justiça brasileiro.

3.3 Ações realizadas dentro dos marcos do Programa Justiça Econômica:

> Fórum Social Mundial – participação em parceria com o projeto Direitos Sociais e Saúde das atividades realizadas durante a edição do FSM, em Salvador, nos dias 13 a 17 de março de 2018, com a realização de um Roda de Conversa sobre a Intervenção militar no Rio de Janeiro e no Haiti.

> Coordenação da mesa da Audiência Publica sobre SUS Avanços e Desafios, em São José dos Campos, no dia 11 e maio de 2018. Alguns dos elementos encaminhados tais como realizar uma reunião com o Secretário de Saúde e o Prefeito, avaliarem se seria o caso de fazer uma apelação junto ao MPF, ampliar a divulgação e as denuncias quanto ao fechamento das UPAs e o desmonte que está sendo promovido na saúde, assim como a demissão do pessoal contratado e qualificado para o atendimento. Na oportunidade foi criado um GT para dar continuidade ao processo de articulação.

> **Reunião dos parceiros do PJE e do projeto Direitos sociais e Saúde**, aconteceu nos dias 14 a 16 de maio, com a presença de Cafod. Na oportunidade foi feita uma avaliação do PJE assim como avaliações individualizadas dos parceiros.

> **Seminário sobre "A saúde no cenário atual e no contexto de 16ª Conferencia Nacional de Saúde**" no dia 21 de setembro de 2018, e na oportunidade foi apresentada a Campanha "Saúde é Vida" e o vídeo de trabalho. O encontro contou com a presença de redes e parceiros que trabalham essa temática.

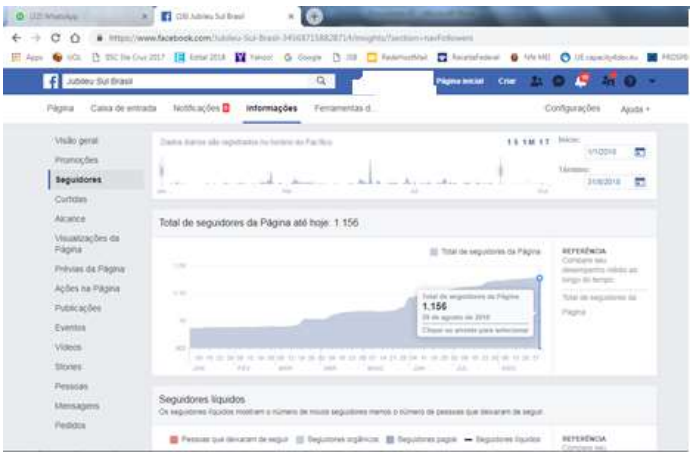
3.4 Sustentabilidade e mobilização de recursos: frente aos desafios de mobilizar recursos financeiros e não financeiros e capacitar a equipe da secretaria para a gestão e elaboração de projetos.

4. Comunicação e Informação (matriz de monitoramento e do orçamento - item 4)

Elaboração de materiais didáticos e que contribuam com informação e nos processos de formação e articulação em que a rede JSB é parte, assim como subsidiar o debate sobre a dívida e a defesa dos direitos sociais; e

Produção de informação e de uma comunicação fornecendo informação atualizada usando as novas formas de comunicação para melhor evidenciar os impactos do endividamento e a defesa dos direitos sociais e trabalhando a visibilidade da rede.

Atividades e resultados alcançados:



– Equipe de comunicação com uma dedicação (20hs semanal) e atenção à produção de informação a partir das pautas e da agenda do Jubileu Sul Brasil (entidades membros) e articulada com a comunicação da rede Jubileu Sul/Américas, favorecendo uma comunicação estruturada para o 1º semestre de 2018 a partir do plano de trabalho do JSB definido em março, na reunião da coordenação.

– Site atualizado semanalmente com entrevistas, notícias, artigos, coberturas e informações. A produção de notícias periódicas favoreceu o envio de um boletim semanal (toda quinta-feira). Estamos num esforço de cadastramento de e-mails para que mais pessoas recebam o boletim diretamente do site (www.jubileusul.org.br) – aproximadamente 3 mil e-mail/pessoas recebem o boletim diretamente da página e/ou pelo cadastro da secretaria.

– Atualização do perfil e da fanpage no Facebook e o perfil no Twitter diariamente, nas quais percebemos um crescente interesse pelas informações publicadas e notícias geradas com crescente número de acessos e repercussão. É possível verificar um crescimento nos acessos (curtidas no FB), ressaltando que são curtidas espontâneas (orgânicas, não pagas ou não patrocinadas/impulsionadas).

- Elaboração e acompanhamento de publicações exclusivas da rede Jubileu Sul Brasil e peças de visibilidade sobre eventos como "memes" para viralizar nas redes sociais.

- Elaboração de notas e posicionamento político de acordo com a demanda e conjuntura atual.

- Elaboração de noticias e entrevistas, como:

http://www.jubileusul.org.br/nota/5831;

http://www.jubileusul.org.br/nota/4792;

http://www.jubileusul.org.br/nota/5908;

http://www.jubileusul.org.br/nota/5645;

http://www.jubileusul.org.br/nota/3231 .

- Destacamos que em março do presente ano iniciamos o processo de mudança da pessoa que era responsável pela comunicação na Secretaria Executiva da rede, o que de certo modo, alterou o acompanhamento. Ficamos aproximadamente 2 meses sem essa atualização periódica.

- Inscrição no concurso de fotografia promovido pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Visão dos acessos ao Facebook da rede:

5. Articulação Américas e Caribe fortalecidos para a defesa dos direitos sociais e combate as violações de direitos humanos.

- Reuniões por Skype com o CCO JSA (Coletivo de Coordenação Operativo) para coordenar as ações na região, definir os processos e articulações, e especialmente, iniciar o processo de preparação da Assembleia Regional que deverá ocorrer final de 2018 ou inicio de 2019.

- Elaboração de projetos em comum para a mobilização de recursos, assim como proceder a atualização da proposta do Convenio Marco de Cooperação (CMC) que foi firmado em 2015 entre o Instituto Jubileu Sul Brasil e União Europeia que tem como foco o Fortalecimento Institucional. Essa atualização foi feita a pedido a UE para o Fórum das Partes da União Europeia. http://www.jubileusul.org.br/nota/5263

- Entrevistas sobre o momento atual na AL e Caribe http://www.jubileusul.org.br/nota/5412

- Articulação sobre o G20, Dívida e FMI, assinatura de chamado a mobilização.
https://dialogo2000.blogspot.com/2018/07/llamamos-movilizar-ante-la-proxima.html

- Participação no fórum feminista contra o G20 em processo de organização e acontecerá em dezembro de 2018, Argentina – O chamado será lançado em setembro - Na Argentina, fórum feminista contra o G20 discute endividamento público em detrimento de uma política que desrespeita os povos

- Seminário Internacional "Mundo em Convulsão: turbulências financeiras, políticas y tecnologias. Uma perspectiva feminista". Neste debate participamos como debatedores na mesa sobre Dívida e suas consequências. Papel do FMI, com Sandra Quintela. Notícias: http://www.jubileusul.org.br/nota/5868

IV. Continuidade do Projeto

O projeto não é algo que se encerra, pois a luta por garantias e universalização dos direitos é contínua e, portanto, continuamos a trabalhar para a efetividade dos direitos e por uma política econômica justa e pelo direito a moradia, e pelos direitos das mulheres.

Responsáveis pelos relatórios:
Rosilene Wansetto,
Luiz Fernando Novoa, Cinthia Oliveira Abreu,
Angela Aparecida Silva, Karla Maria e GGExec.
SP, 12.04.2019.